

Estados não conseguem honrar compromisso com a União

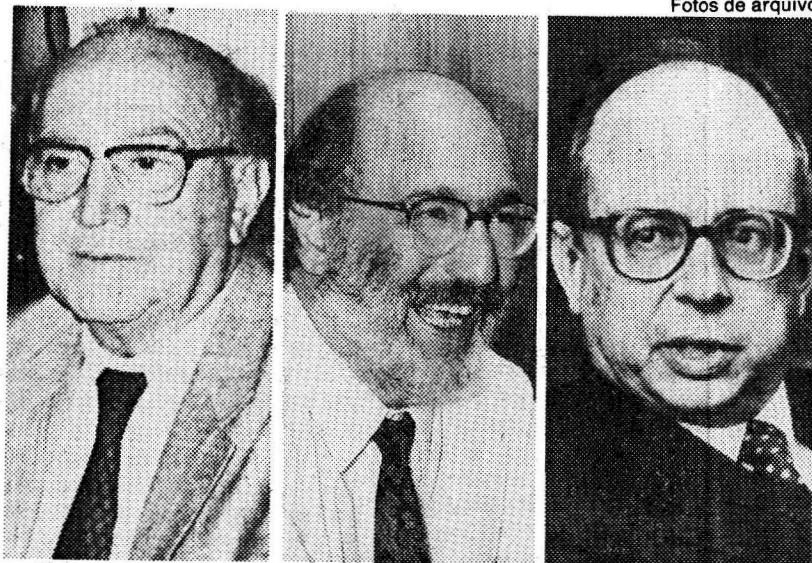
Rossana Alves

BRASÍLIA — Os estados de São Paulo, Rio, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Santa Catarina, que fecharam acordos com o governo federal para rolagem de suas dívidas internas mediante empréstimos em Letras do Banco Central (LBC), não estão conseguindo cumprir os pagamentos acertados com a área econômica. O Rio, que obteve Cr\$ 120 bilhões para pagamento em três parcelas iguais, só conseguiu devolver até agora Cr\$ 10 bilhões, enquanto São Paulo, com um empréstimo de Cr\$ 150 bilhões, só pagou Cr\$ 20 bilhões.

“Os estados não têm capacidade financeira para arcar com os empréstimos”, admite o secretário de Fazenda de São Paulo, Frederico Mazzucchelli, que articulou uma reunião com seus colegas para buscar uma solução comum. No encontro, a ser realizado hoje no gabinete do secretário de Fazenda do Rio, Cibilis Viana, o grupo quer

detalhar uma proposta básica para ser levada ao governo federal: transformação de toda a dívida estadual — estimada em Cr\$ 2,3 trilhões — em LBCs, que seriam resgatadas pelos estados em 10 ou 20 anos. Até o vencimento do prazo, os governadores se comprometeriam a não lançar novos títulos e promover rígido controle de gastos.

Perfil longo — Na avaliação de Mazzucchelli, a troca dos títulos estaduais pelas LBCs por um prazo longo vai permitir que os estados voltem a respirar, pois estão sendo obrigados a fazer pesados desembolsos para garantir a rolagem de sua dívida interna. Só no mês passado, de acordo com o secretário, São Paulo gastou Cr\$ 15 bilhões com resgate e rolagem de uma dívida de Cr\$ 800 bilhões, quando a arrecadação total do estado ficou em Cr\$ 220 bilhões. “É escandalosa a transferência de renda do Estado, via arrecadação do ICMS,



Fotos de arquivo

Cibilis, Mazuchelli e Marcílio: caminho da negociação

para o setor privado, através da rolagem da dívida”, reclama Mazzucchelli.

A pressa dos secretários em articular e apresentar à área econômica uma alternativa para a dívida tem uma explicação. Durante o mês de julho vencem as duas últimas par-

celas dos empréstimos de LBC feitos aos seis estados e os governadores já chegaram à conclusão de que não será possível honrar os compromissos. O Rio, por exemplo, teria que desembolsar nada menos que Cr\$ 110 bilhões em duas parcelas vencíveis nos dias 8 e 19 de

julho. Antes que o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, comece a reclamar dos atrasos, os governos querem se antecipar e propor uma saída.

Os problemas dos governos estaduais para a rolagem da sua dívida começaram em setembro do ano passado, quando o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial de três bancos estaduais — Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí. A perda de credibilidade dos títulos estaduais foi imediata. Desde então, os governos são obrigados a oferecer juros cada vez mais atrativos para garantir a rolagem de seus papéis.

O fim do *overnight* e a criação dos fundos de aplicações financeiras, com o advento do Plano Collor 2, agravou ainda mais as dificuldades dos governadores. Sem espaço para colocação de seus títulos nos fundos, os estados mais endividados

foram obrigados a fazer acordos com a equipe da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello para garantir a rolagem da dívida, tendo como contrapartida o compromisso dos governadores de controlarem seus gastos.

A operação de socorro aos estados incluiu a garantia de participação dos títulos estaduais nos fundos geridos por seus respectivos bancos estaduais e empréstimos de LBCs, que seriam devolvidos em três parcelas, a partir de maio. De posse das LBCs, que têm rentabilidade e liquidez garantidas, os governos poderiam rolar sua dívida com custos muito menores, abrindo uma folga nas finanças estaduais. Passados dois meses, porém, os governadores concluíram que precisavam de mais tempo para colocar suas contas em ordem e garantir a devolução dos empréstimos ao governo federal.